

EURO-LETTER

A *Euro-letter* é publicada pela **ILGA-Europa** – a estrutura regional europeia da Associação Internacional Lésbica e Gay, com o apoio da Comunidade Europeia – A União Europeia contra a Discriminação.

Editor: Juris Lavrikovs

Para nos contactar: euroletter@ilga-europe.org

Para receber a *Euro-Letter* [em inglês]: Basta enviar uma mensagem sem conteúdo para euroletter-subscribe@yahogroups.com

Números anteriores: Todas as *Euro-Letter* em inglês, bem como as traduções em alemão e português a partir do n.º 76 (Janeiro de 2000), e em grego a partir do n.º 127 (Janeiro de 2006), estão disponíveis, em formato *pdf*, no nosso *website*, www.ilga-europe.org/europe/publications/euro_letter

A ILGA-Europa agradece:

- à **Frente de Libertação Lésbica e Gay** as traduções alemãs da Euro-Letter, que estão igualmente disponíveis no *website* da organização: www.lglf.de;
- a **Miguel Freitas** – pelas traduções para português;
- a **Pantelis Ravdas** – pelas traduções para o grego.

A informação contida nesta publicação não reflecte necessariamente a posição ou opiniões da Comissão Europeia.



2007 — European Year of Equal Opportunities for All

Nesta edição:

ILGA-Europa:

- ILGA-Europa congratula-se com a condenação da homofobia por parte do Parlamento Europeu
- ILGA-Europa lança campanha a favor da liberdade de reunião das pessoas LGBT
- Acções de formação na Roménia

Financiamento:

- Convite à apresentação de candidaturas: Fundo da ILGA-Europa para a documentação das violações dos direitos humanos
- Financiamento disponível para as ONG de Estados-Membros que aderiram à UE em Maio de 2004

Europa:

- Desenvolvimentos recentes relativos à Agência dos Direitos Fundamentais
- Anunciados os vencedores de prémios para jornalistas
- Parlamento da UE critica fortemente programa croata de educação sexual apoiado pela Igreja

Famílias de pessoas do mesmo sexo:

- Gibraltar: GGR põe em causa política do Governo em matéria de direito à habitação

Liberdade de reunião:

- Congresso de Autoridades Locais e Regionais do Conselho da Europa apoia claramente liberdade de reunião de LGBT
- OSCE/ODIHR publica instruções sobre a liberdade de reunião pacífica
- Europa entra numa nova época de Marchas do Orgulho com proibição e vitória em Tribunal

Breves:

- História da ILGA em fotografias
- Conferência Internacional Contra a Homofobia na Turquia

ILGA-EUROPA:

ILGA-Europa congratula-se com a condenação da homofobia por parte do Parlamento Europeu

Comunicado de imprensa da ILGA-Europa, 26 de Abril de 2007

No dia 25 de Abril de 2007 os deputados ao Parlamento Europeu discutiram, e no dia 26 de Abril aprovaram, uma nova resolução sobre a homofobia na Europa. A resolução sublinha o problema da homofobia a nível pan-europeu em geral e contém referências específicas à Polónia e ao clima de homofobia, patrocinado pelo Estado, que se faz sentir no país.

A ILGA-Europa congratula-se pelo importante papel de liderança que o Parlamento Europeu tem repetidamente assumido no que tange ao respeito pelos direitos humanos nos Estados-Membros da UE. Esta é a terceira resolução sobre a homofobia aprovada pelo Parlamento Europeu num período relativamente curto. A ILGA-Europa congratula-se igualmente pelo facto de o Parlamento Europeu ter rejeitado uma proposta que visava impedir o debate em torno desta resolução e de a ter submetido a votação e aprovado.

A ILGA-Europa está ainda satisfeita pelo empenho repetidamente manifestado por parte da Comissão em assegurar o respeito pela legislação contra a discriminação da UE. Após o debate no Parlamento, Vladimir Špidla, o Comissário Europeu do Emprego, Assuntos Sociais e Igualdade de Oportunidade, deixou bem claro que, se fosse aprovada, uma polémica proposta do Ministro da Educação polaco violaria claramente a legislação contra a discriminação da UE.

Patricia Prendiville, Directora Executiva da ILGA-Europa, afirmou: «Algumas das expressões utilizadas durante o debate de ontem, no Parlamento Europeu, são um vívido testemunho da homofobia que ainda existe na Europa. Estamos muito satisfeitos pelo facto de o Parlamento Europeu ter rejeitado uma proposta que visava impedir a discussão desta questão e, subsequentemente, ter aprovado esta resolução».

«A homofobia, infelizmente, está viva e manifesta-se abertamente na Europa, e a posição firme do Parlamento Europeu é crucial para a promoção da luta contra a discriminação e contra o preconceito de que são quotidianamente vítimas as pessoas LGBT na Europa. O Parlamento Europeu é a única instituição directamente eleita da UE e representa os cidadãos da Europa. O debate de ontem e o seu resultado positivo constituem um importante sinal de que a maioria dos representantes dos cidadãos europeus condena a homofobia».

«Continuaremos a trabalhar com todas as instituições no sentido do reforço e do aprofundamento da protecção contra a discriminação fundada na orientação sexual e na identidade de género. Teremos particular gosto em trabalhar com a Agência dos Direitos Fundamentais, que actualmente está a desenvolver investigação sobre a homofobia na Europa, que esperamos venha a tornar-se na base de posteriores acções, por parte das instituições da UE, com vista a combater à homofobia».

«Outro desenvolvimento que aguardamos e que antecipamos é o da adopção de uma iniciativa estratégica que alargue a protecção existente contra a discriminação fundada na orientação sexual a outras áreas para além do domínio do emprego, que, aliás, o Comissário Špidla referiu ontem no Parlamento».

O texto da resolução está disponível no nosso *website*: www.ilga-europe.org/europe/news/ilga_europe_welcomes_condemnation_of_homophobia_by_european_parliament.

Pode encontrar uma gravação do debate de ontem no *website* do Parlamento Europeu: www.europarl.europa.eu/eplive/vod/seance_en.htm?Date=20070425, seguindo a ligação «Homophobia in Europe» na secção do lado direito, «Today's topic».

Duas últimas resoluções do Parlamento Europeu sobre a homofobia na Europa:

- Resolução sobre a escalada de actos de violência de índole racista e homófoba na Europa, 15 de Junho de 2006: www.ilga-europe.org/europe/news/european_parliament_adopts_new_resolution_on_racism_homophobia.
- Resolução sobre a homofobia na Europa, 18 de Janeiro de 2006: www.ilga-europe.org/europe/news/ilga_europe_welcomes_europarlament_s_resolution_on_homophobia_in_europe.

ILGA-Europa lança campanha a favor da liberdade de reunião das pessoas LGBT

Comunicado de imprensa da ILGA-Europa, 25 de Abril 2007

A ILGA-Europa lançou uma campanha a favor da liberdade de reunião e de expressão das pessoas lésbicas, gays, bissexuais e transsexuais (LGBT) na Europa.

A iniciativa central da campanha consiste numa declaração que a ILGA-Europa irá enviar aos presidentes das câmaras municipais das cidades europeias, pedindo-lhes que a assinem e, dessa forma, demonstrem o seu apoio à liberdade de reunião e expressão das pessoas LGBT. A declaração poderá ainda ser assinada por celebridades europeias das áreas da cultura, do desporto e da política. Embora a recolha de assinaturas prossiga até Setembro de 2007, as primeiras assinaturas recolhidas serão tornadas públicas no dia 17 de Maio, o Dia Internacional contra a Homofobia. No mesmo dia, a declaração, com as primeiras assinaturas recolhidas, será enviada aos presidentes das câmaras daquelas cidades europeias onde as Marchas do Orgulho e outros eventos públicos foram proibidos ou objecto de restrições ou violência.

Durante os últimos dois anos, as autoridades locais de várias cidades europeias proibiram ou restringiram de forma significativa as Marchas do Orgulho ou outros eventos públicos. Em algumas cidades, as pessoas LGBT, no exercício da sua liberdade constitucionalmente garantida de reunião pacífica, foram vítimas de actos de violência e, em alguns casos, as autoridades policiais pouca ou nenhuma protecção lhes proporcionaram.

Estas violações gritantes das liberdades de reunião pacífica e de expressão das pessoas LGBT, foram condenadas por várias organizações intergovernamentais internacionais e europeias. No dia 28 de Março de 2007, o Congresso de Autoridades Locais e Regionais do Conselho da Europa adoptou uma resolução sobre esta matéria, exortando as autoridades locais a respeitarem e defenderem o direito que as pessoas LGBT têm de se reunirem pacificamente e de se expressarem.

Os detalhes da campanha estão disponíveis no nosso *website*: www.ilga-europe.org/europe/campaigns_projects/freedom_of_assembly_and_expression

Acções de formação na Roménia

Por Christine Loudes

De 17 a 20 de Abril, 30 activistas de países tão distantes como Israel, participaram em duas acções de formação organizadas pela ILGA-Europa em Sinaia (Roménia).

O primeiro seminário, sobre monitorização das violações dos direitos humanos através da utilização do vídeo – com particular destaque para as Marchas do Orgulho – associou a defesa e promoção de direitos e a tecnologia vídeo. O seminário foi dirigido por Violeta Karasnic e Ryan Krautz, que trabalham para a *Witness* (www.witness.org). Os participantes mostraram-se satisfeitos com a formação e regressaram a casa com uma câmara de vídeo distribuída pela *Witness*. Muitos dos participantes concordaram em enviar à ILGA-Europa imagens colhidas durante as suas Marchas do Orgulho, que posteriormente serão utilizadas para fazer pressão junto de instituições internacionais com vista à defesa da liberdade de reunião das pessoas LGBT.

O segundo seminário, sobre a denúncia das violações dos direitos humanos de que são vítimas as pessoas LGBT, foi dirigido por Judith Dueck, que desenvolve actividades de consultadoria na área dos direitos humanos e que integra a direcção da *HURIDOCS*. Os participantes mostraram-se igualmente muito satisfeitos e estão agora melhor preparados para darem conta das violações dos direitos humanos de que são vítimas a comunidade e as pessoas LGBT às organizações de defesa e promoção dos direitos humanos a nível nacional e internacional.

Os seminários constituíram ainda uma oportunidade para experimentar a gastronomia romena, ter uma visão do castelo de Drácula e de criar ligações mais fortes entre os participantes e a ILGA-Europa. Imagens do evento serão em breve divulgadas no nosso *website*.

OPORTUNIDADES DE FINANCIAMENTO:

Convite à apresentação de candidaturas: Fundo da ILGA-Europa para a documentação das violações dos direitos humanos

Pela ILGA-Europa

A ILGA-Europa informa que está aberta a terceira fase das candidaturas ao seu Pequeno Fundo Piloto para a Documentação das Violações dos Direitos Humanos, que conta com o apoio do *Sigrid Rausing Trust*. O Fundo visa promover a documentação de casos de discriminação, de prática de crimes fundados no ódio e de quaisquer outras violações dos direitos humanos, perpetrados contra as pessoas LGBT, de acordo com os princípios internacionais nesta matéria.

O Fundo apoiará projectos de pequena e média escala (até € 5 000, sem qualquer limite mínimo obrigatório) destinados a documentar (casos de) discriminação, de crimes fundados no ódio e de quaisquer outras violações dos direitos humanos em razão da orientação sexual ou da identidade ou expressão de género, bem como a disseminação das informações assim recolhidas.

Mais detalhes disponíveis em: http://www.ilga-europe.org/europe/funding_capacity_building/funding_opportunities/ilga_europe_human_rights_violations_documentation_funds/ilga_europe_human_rights_violations_documentation_fund_third_call

Financiamento disponível para as ONG de Estados-Membros que aderiram à UE em Maio de 2004

Pela Comissão Europeia

A Direcção-Geral para a Justiça, Liberdade e Segurança da Comissão Europeia lançou um convite à apresentação de candidaturas com vista à selecção de projectos a co-financiar pela União Europeia e destinados a apoiar a sociedade civil dos Estados-Membros que aderiram à UE no dia 1 de Maio de 2004. As áreas em que podem ser apresentadas projectos são: o Estado de Direito, a Democracia, os direitos fundamentais, o pluralismo no seio dos *media* e a luta contra a corrupção. A data limite para a apresentação de candidaturas é o dia 15 de Maio de 2007.

http://ec.europa.eu/justice_home/funding/2004_2007/support_ngo/doc/support_ngo_call_2006_en.pdf

EUROPA:

Desenvolvimentos recentes relativos à Agência dos Direitos Fundamentais

Por Christine Loudes

A abertura de concurso para o preenchimento da posição de Director da Agência dos Direitos Fundamentais foi anunciado no Jornal Oficial da UE no dia 31 de Março de 2007 (<http://eur-lex.europa.eu/JOHtml.do?uri=OJ:C:2007:074A:SOM:PT:HTML>). É essencial que seja seleccionada uma boa pessoa, uma vez que isso determinará fortemente o tipo de trabalho que a ADF irá desenvolver. A ILGA-Europa publicitou o concurso junto de pessoas que desenvolvem a sua actividade no domínio dos direitos humanos. Se conhece alguém (a nível internacional) que tenha um currículo forte em matéria de direitos humanos e que tenha, igualmente, experiência de gestão de instituições no domínio dos direitos humanos¹. A pessoa em questão necessita igualmente de ter cidadania da União. A ILGA-Europa irá acompanhar cuidadosamente o processo de selecção e irá trabalhar com o Parlamento Europeu, transmitindo-lhe informação relevante, quando for conhecida a lista de possíveis nomeados. Por isso, agradecemos que nos enviem todas as informações (boas ou más) de que tenham conhecimento a propósito dos candidatos.

A ADF abriu ainda um processo de consulta pública no tocante à cooperação com a sociedade civil. A consulta está a ser realizada através de um questionário a que é possível aceder no *website* da ADF (www.fra.europa.eu). O questionário respeita ao tipo de métodos que a ADF deverá utilizar e as áreas de trabalho em que deverá concentrar a sua acção. Está disponível em inglês, francês e alemão. O processo de consulta irá prolongar-se até dia 18 de Maio de 2007. As respostas recebidas serão utilizadas para o desenvolvimento de uma estratégia de cooperação da Agência dos Direitos Fundamentais com a sociedade civil.

É muito importante sublinhar o trabalho que a ADF deverá desenvolver no tocante aos direitos das pessoas LGBT. Durante o debate LIBE, no dia 11 de Abril, os eurodeputados recomendaram que a ADF investigue a homofobia na Europa, e por isso as vossas respostas ao questionário podem contribuir para que esta matéria seja considerada prioritária.

Para mais informações sobre a ADF, contactem por favor Christine Loudes: christine@ilga-europe.org.

¹ No original, literalmente: «If you know someone who has strong human rights record (internationally) and have also experience of management of human rights institution» [N.T.]

Anunciados os vencedores de prémios para jornalistas

Pela Comissão Europeia

Uma reportagem realizada sob disfarce e relativa às condições de trabalho de operários migrantes em Itália foi agraciada com o primeiro Prémio de Jornalismo 2006 «Pela diversidade. Contra a discriminação». Com vista a preparar este artigo, o jornalista italiano Fabrizio Gatti trabalhou lado a lado com outros operários migrantes, no sul da Itália, o que lhe permitiu testemunhar uma situação que ele associou à escravatura.

O segundo prémio foi atribuído ao jornalista húngaro Miklós Hargitai, pelo seu artigo sobre o complexo problema da adopção de crianças originárias de grupos étnicos minoritários. Petra Sjouwerman (da Bélgica) conquistou o terceiro prémio com o artigo que oferece um olhar positivo sobre os benefícios para as empresas da integração de pessoas com autismo.

Um Prémio Especial para Jovens Jornalistas foi atribuído a Henna Helne, da Finlândia, pelo seu artigo sobre pessoas que são vítimas de discriminação múltipla em virtude da sua idade, sexo e origem étnica.

O Comissário Europeu Vladimír Špidla entregou os troféus aos vencedores numa cerimónia que decorreu em Bruxelas no dia 16 de Abril. Os jornalistas receberam, ainda, um total de mais de € 10 000 em prémios, para a realização de viagens de estudos no âmbito da União Europeia.

Os artigos vencedores incluem peças da Letónia, Malta, Polónia, Alemanha e Lituânia sobre vários aspectos dos direitos das pessoas LGBT.

As inscrições para a edição de 2007 do Prémio de Jornalismo da União Europeia estão abertas. Os jornalistas dos 27 Estados-Membros podem apresentar os seus trabalhos até ao dia 30 de Setembro de 2007.

Mais informações em: <http://journalistaward.stop-discrimination.info/>.

Parlamento da UE critica fortemente programa croata de educação sexual apoiado pela Igreja

Fonte: EU Business, 24 de Abril de 2007, <http://www.eubusiness.com/Social/sex-education-croatia.23/>

O Parlamento Europeu criticou fortemente um programa de educação sexual, conservador e apoiado pela Igreja, apresentado na Croácia, considerando que ele fomenta a discriminação.

Numa carta enviada a altos responsáveis croatas, os deputados ao Parlamento Europeu manifestaram «preocupação no tocante à possível implementação (...) de um currículo sobre saúde reprodutiva e sexual apresentado pela Associação GROZD» de país. O programa «fornece informação médica inexata e incompleta sobre a saúde reprodutiva e sexual, o planeamento familiar e, bem assim, os métodos disponíveis e legais de contracepção», afirma-se na carta a que a AFP teve acesso.

«A implementação de um currículo que encoraja a estigmatização e a discriminação» poderia pôr em causa os progressos que a Croácia fez nesta matéria, afirmam os deputados, que são membros de um grupo de trabalho sobre saúde reprodutiva. Eles alertam para o facto de o programa proposto ser «preconceituoso em matéria de género e transmite atitudes negativas relativamente à homossexualidade, assim contrariando a legislação croata que proíbe a discriminação fundada no sexo ou na orientação sexual».

O programa proposta pela Associação GROZD é apoiado pela Igreja Católica Romana, e está de acordo com os ensinamentos do Vaticano de que as relações sexuais fora do casamento não são admissíveis, bem como o uso de meios contraceptivos, e que a homossexualidade não deve ser permitida. Foi aprovado pelo Ministério da Educação da Croácia e necessita da autorização do Ministério da Saúde para poder ser implementado nas escolas do ensino básico e secundário mais para o final do ano.

Organizações não governamentais locais já apelaram às autoridades para que rejeitem o programa, uma vez que ele não foi elaborado de acordo com os conhecimentos científicos pertinentes nem tomou na devida consideração sondagens que revelam que os croatas mantêm as suas primeiras relações, em média, aos 17 anos. Quase 90% dos 4,4 milhões de habitantes da Croácia são Católicos Romanos.

FAMÍLIAS DE PESSOAS DO MESMO SEXO:

Gibraltar: GGR põe em causa política do Governo em matéria de direito à habitação

Comunicado de imprensa do Equality Rights Group GGR, 13 de Abril de 2007

«A discriminação contra as minorias sexuais toma muitas formas em Gibraltar. Nenhuma delas é mais evidente do que a que ocorre no domínio da habitação. Embora o Departamento de habitação justifique a sua política discriminatória contra a o arrendamento conjunto por casais de pessoas do mesmo sexo com o argumento de que deve ser dada prioridade às “famílias” em situações de escassez de habitações, o certo é que usa este conceito de “família” num sentido demasiado restrito (pois que ele se aplica apenas aos heterossexuais) e irracional. Em primeiro lugar, perguntamos: em caso de insuficiência de habitações, que justificação é que pode haver para permitir que duas pessoas possam ocupar lugares na lista de espera em separado, para duas habitações, quando o casal pretende ocupar apenas uma única habitação, em nome de ambos? Em segundo lugar, que direito têm as autoridades de decidir, em lugar dos cidadãos, como e com quem eles pretendem criar uma unidade familiar? Na nossa qualidade de organização de defesa e promoção da igualdade, não conseguimos vislumbrar um fundamento lógico para esta situação, para além de que a intromissão na vida privada das pessoas mais não é do que uma posição política, da parte do governo, no sentido de negar às pessoas que integram as minorias sexuais os seus direitos como cidadãos em Gibraltar. É nem mais nem menos do que uma violação de várias disposições da Constituição e do direitos de todos os cidadãos europeus ao respeito pelas suas vidas privadas e do seu domicílio, à luz da Convenção Europeia dos Direitos do Homem, artigo 8.º, conjugado com o artigo 14.º.

Para além disso, esta posição afecta também as pessoas heterossexuais que decidam não contrair matrimónio, tal como os casais de pessoas do mesmo sexo. A diferença é que eles têm, de facto, a possibilidade de casar em Gibraltar, enquanto que os gays e lésbicas não podem formar uniões civis».

«A este respeito», continua o comunicado, «estamos empenhados em assegurar que este tipo de decisões do Governo seja impugnado em Tribunal e até ao mais alto nível possível. Nesta matéria, como em outras que os afectam, o GGR continua a trabalhar de perto com as pessoas de modo a assegurar que todos os recursos legais disponíveis são utilizados para pôr termo a esta forma aberta de discriminação. Discriminação que leva a que a política de habitação seja afirmada numa área e não noutra: um exemplo desta situação é a forma como os programas de renda controlada são implementado, negando aos casais de pessoas do mesmo sexo (que são incapazes de estabelecer relações formalmente reconhecidas em Gibraltar) a possibilidade de aceder aos mesmos, ao mesmo tempo que eliminam o requisito do casamento para os casais de pessoas heterossexuais, não unidas pelo matrimónio. Isto não é culpa dos casais de pessoas heterossexuais, mas antes uma clara indicação da forma incorrecta como os cidadãos das minorias sexuais continuam a ser tratados pelo Governo do Sr. Caruana, razão pela qual exortamos o Primeiro-Ministro a mudar não apenas a sua política em matéria de habitação, mas igualmente a sua atitude em geral em relação às minorias sexuais. O GGR continua a afirmar o seu trabalho incessante

contra o preconceito e a desigualdade, que irá continuar até que Gibraltar se torne uma sociedade mais igualitária e preocupada. Os cidadãos de minorias sexuais, as suas famílias, amigos e apoiantes não devem esquecer estas realidade quando votarem nas próximas eleições».

LIBERDADE DE REUNIÃO:

Congresso de Autoridades Locais e Regionais do Conselho da Europa apoia claramente liberdade de reunião de LGBT

Por Nigel Warner

O Congresso de Autoridades Locais e Regionais, a principal voz na Europa das autoridades locais e regionais, com representantes de 46 Estados-Membros do Conselho da Europa, emitiu importantes declarações a favor da liberdade de reunião das pessoas LGBT. As declarações são particularmente significativas devido ao papel central que as autoridades locais têm no controle da liberdade de reunião.

Numa *Resolução* dirigida às autoridades locais de toda a Europa, o Congresso:

- Sublinha a sua grande preocupação pela violação da liberdade de reunião e de expressão das pessoas LGBT em alguns Estados-Membros do Conselho da Europa, bem como pelo apoio, expresso ou tácito, que alguns políticos locais dão às contra-manifestações violentas;
- Sublinha que é um dos «deveres principais» das autoridades locais não apenas proteger a liberdade de reunião mas igualmente de se absterem de proferir declarações que possam legitimar a discriminação ou o ódio fundados na discriminação;
- Sublinha que as autoridades locais têm a obrigação de permitir que as reuniões legalmente formadas decorrem pacificamente;
- Exorta as autoridades locais para que tomem um conjunto de medidas, designadamente destinadas a combater o discurso motivado pelo ódio, a assegurar que os seus funcionários se comportam de modo não discriminatório, e a promover as relações entre as polícias locais e a comunidade.

Numa *Recomendação* separada, o Congresso apela ao Comité de Ministros do Conselho da Europa para que recomende aos Estados-Membros a adopção de algumas medidas, incluindo:

- Que tomem posição pública contra a discriminação de que são vítimas as minorias sexuais;
- Que lutem contra o discurso motivado pelo ódio;
- Que investiguem os casos de violência e de declarações motivadas pelo ódio durante eventos relacionados com LGBT;
- Que tomem medidas para garantir uma liberdade de reunião efectiva;
- Que ouçam os grupos LGBT sempre que alterem as disposições aplicáveis em matéria de liberdade de reunião.

Embora os Governos e as autoridades locais não estejam legalmente obrigados a observar estas declarações, o certo é que as mesmas dispõem de uma grande autoridade moral e constituem um apoio muito útil para os activistas LGBT que ainda enfrentam dificuldades em matéria de liberdade de reunião na sua luta para exigir o respeito pelos seus direitos junto das autoridades e governos locais.

O Congresso publicou ainda um relatório detalhado sobre a liberdade de reunião e de expressão das pessoas LGBT. Nele são tratados muitos dos problemas que os organizadores das Marchas do Orgulho enfrentaram nos últimos anos, o que o torna um guia importante para o direito e prática dos direitos humanos. É uma leitura essencial para quaisquer organizações LGBT que enfrentem problemas no tocante à liberdade de reunião.

Ligações para os três documentos referidos atrás:

Resolução:

[https://wcd.coe.int/ViewDoc.jsp?Ref=RES\(2007\)230&Sector=secCongress&Language=lanEnglish&Ver=original&BackColorInternet=e0cee1&BackColorIntranet=e0cee1&BackColorLogged=FFC679](https://wcd.coe.int/ViewDoc.jsp?Ref=RES(2007)230&Sector=secCongress&Language=lanEnglish&Ver=original&BackColorInternet=e0cee1&BackColorIntranet=e0cee1&BackColorLogged=FFC679).

Recomendação:

[https://wcd.coe.int/ViewDoc.jsp?Ref=REC\(2007\)211&Sector=secCongress&Language=lanEnglish&Ver=original&BackColorInternet=e0cee1&BackColorIntranet=e0cee1&BackColorLogged=FFC679](https://wcd.coe.int/ViewDoc.jsp?Ref=REC(2007)211&Sector=secCongress&Language=lanEnglish&Ver=original&BackColorInternet=e0cee1&BackColorIntranet=e0cee1&BackColorLogged=FFC679).

Relatório:

<https://wcd.coe.int/ViewDoc.jsp?id=1110107&BackColorInternet=e0cee1&BackColorIntranet=e0cee1&BackColorLogged=FFC679>.

OSCE/ODIHR publica instruções sobre a liberdade de reunião pacífica

Por Nigel Warner

O Gabinete para as Instituições Democráticas e Direitos Humanos da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa publicou um guia sobre a liberdade de reunião pacífica. O guia foi preparado por um grupo de peritos e tem por destinatários os responsáveis pela elaboração de propostas legislativas e pela definição de políticas, agentes do Estado, juízes, professores universitários e membros de organizações não governamentais dos 55 Estados-Membros.

O guia baseia-se nas disposições dos tratados internacionais e regionais relativos à protecção dos direitos humanos, nas práticas seguidas pelos diferentes estados e nos princípios gerais de direito reconhecidos pela comunidade internacional. Ele define o limite mínimo resultantes destes padrões, estabelecendo as condições mínimas que devem ser respeitadas pelas autoridades nacionais na sua legislação sobre a liberdade de reunião pacífica. Ele contém, ainda, muitos exemplos de boas práticas.

O guia constitui um valioso instrumento para os responsáveis pela organização de marchas de orgulho e para os juristas que os representam. Ele fornece orientação detalhada, de natureza eminentemente prática, sobre todos os aspectos da liberdade de reunião e, desse modo, trata de muitas das questões que

os organizadores de marchas de orgulho enfrentam quando tentam negociar com as autoridades locais e a polícia. O guia consagra seis princípios orientadores:

1. Uma presunção a favor da autorização da realização das reuniões – tudo o que não for expressamente proibido pela lei deve ter-se por admissível, e quem pretende organizar uma reunião não deve, sequer, ter de pedir autorização para o fazer.
2. O dever do Estado de proteger quem se reúne pacificamente.
3. Legalidade – quaisquer restrições em matéria de liberdade de reunião devem constar expressamente da lei.
4. Proporcionalidade – todas as restrições impostas devem ser proporcionais, devendo preferir-se, por via de regra, o recurso às medidas que se mostrem o menos restritivas possíveis.
5. Boa administração.
6. Não-discriminação – deve ser sublinhado que a orientação sexual constitui um fundamento proibido de discriminação à luz do Direito Internacional relativo aos direitos humanos, e, portanto, é protegida pelo princípio da proibição da discriminação.

Exemplos de outras questões relevantes para alguns responsáveis LGBT: o Estado não pode fazer recair sobre os organizadores de quaisquer reuniões os custos, designadamente, decorrentes do policiamento do evento, da limpeza do espaço onde a reunião decorrer, etc.; a existência de ameaças de recurso à violência contra uma manifestação pacífica não pode ser invocada para justificar quaisquer restrições; as autoridades não devem impor restrições que alterem, de forma essencial, as características do evento, tal como impor que as marchas decorram em áreas limítrofes das cidades.

O guia foi publicado em inglês e em russo. Pode ser encomendado ou descarregado em: http://www.osce.org/odihr/item_11_23835.html.

Europa entra numa nova época de Marchas do Orgulho com proibição e vitória em Tribunal

Comunicado de imprensa da ILGA-Europa, 13 de Abril de 2007

No dia 11 de Abril de 2007, as autoridades municipais da capital da Moldávia, Chisinau, proibiram um evento público organizado pela comunidade lésbica, gay, bissexual e transsexual (LGBT) programado para o dia 27 de Abril, integrado no 6.º Festival do Orgulho LGBT moldavo. Esta foi a terceira vez que a cidade de Chisinau proibiu um evento LGBT. A recusa foi decidida não obstante a decisão do Supremo Tribunal da Moldávia que, em Dezembro último, considerou que uma anterior proibição da Marcha do Orgulho LGBT tinha sido ilegal.

De sentido mais positivo – no dia 12 de Abril de 2007, o Tribunal Administrativo Regional da capital da Letónia, Riga, decidiu que a proibição da Marcha do Orgulho em Riga no Verão passado foi ilegal. Em

Julho passado, a realização de uma Marcha do Orgulho em Riga foi proibida pelas autoridades municipais, e os organizadores da parada viram a sua acção judicial contra tal proibição ser rejeitada em primeira instância. Essa decisão do tribunal, que julgou a acção improcedente, foi agora impugnada, com sucesso, junto do Tribunal Administrativo Regional.

A ILGA-Europa congratula-se com esta última decisão judicial na Letónia, que permite manter uma réstea de esperança de que a Marcha do Orgulho LGBT deste ano em Riga venha a ser autorizada e decorrerá devidamente protegida pela polícia.

Ao mesmo tempo, a ILGA-Europa está seriamente preocupada com a decisão das autoridades municipais de Chisinau que, não obstante a decisão do Supremo Tribunal do país, continua a violar ilegalmente o direito da comunidade LGBT à liberdade de reunião pacífica. Isto contraria as disposições constitucional e os padrões internacionais relativos aos direitos humanos a que a Moldávia se sujeitou.

Christine Loudes, responsável pela área de planeamento da ILGA-Europa, afirmou: «Dois desenvolvimentos muito diferentes na Letónia e na Moldávia, que mais uma vez provam o quão longe está a comunidade LGBT na Europa de poder usufruir plenamente os direitos fundamentais consagrados nas legislações europeia e nacionais. Embora nos congratulemos com o desenvolvimento positivo ocorrido na jurisprudência da Letónia e esperemos que ele constitua mais um, e forte, sinal dirigido às autoridades e à sociedade da Letónia de que a comunidade LGBT tem os mesmos direitos que todos os demais membros da sociedade, estamos profundamente preocupados com a situação na Moldávia. As autoridades municipais de Chisinau não se limitaram a ignorar de forma flagrante os direitos consagrados na Convenção Europeia dos Direitos do Homem como, para além disso, agiram ilegalmente, em contravenção de uma decisão do supremo órgão jurisdicional do seu próprio país».

«Violações flagrantes das liberdade de reunião e expressão das pessoas LGBT na Europa atraíram a atenção de quase todas as organizações europeias e suas instituições, dos *media* e dos cidadãos comuns de todo o continente no decurso dos últimos dois anos. Estamos a entrar em mais uma período de realização de eventos destinados a celebrar o orgulho homossexual, razão pela qual apelamos a todas as autoridades municipais na Europa para que abandonem de uma vez por todas o seu hábito de proibir e/ou limitar as liberdades de reunião e de expressão das pessoas LGBT, em contravenção dos padrões internacionais em matéria de direitos humanos».

Gostaríamos de recordar aos presidentes das câmara a recente resolução do Congresso de Autoridades Locais e Regionais do Conselho da Europa, especificamente devotada às liberdades de reunião e de expressão das pessoas LGBT, e que contém sugestões detalhadas sobre o que as autoridades podem fazer para assegurar que estas liberdades são plenamente usufruídas pelos cidadãos LGBT, e sobre o modo como o podem fazer».

«Exortamos igualmente todas as instituições europeias para que continuem vigilantes e usem todos os seus poderes para influenciar todas as autoridades municipais que estão a ponderar a possibilidades de proibir ou limitar eventos LGBT».

A eurodeputada Maria Carlshamre (ALDE/Suécia), expressou igualmente uma forte condenação, afirmando: «condeno profundamente esta flagrante violação do direito humano básico à liberdade de reunião. Com decisões desta natureza, as autoridades da Moldávia estão a afastar-se do resto da Europa». Ela revelou ainda que irá participar nas Marchas do Orgulho de Riga e Chisinau.

BREVES:

História da ILGA em fotografias

Por Hein Verkerk, <http://blogger.xs4all.nl/heinv>

Bram Bol, um antigo apoiante da ILGA, e eu próprio, iniciamos, na Internet, um projecto destinado a recolher fotografias do maior número possível de conferências da ILGA desde os já longínquos anos de 1979.

Um primeiro grupo está disponível em: <http://www.flickr.com/photos/heinverkerk/sets/72157600051598242/>.

Quem tiver fotografias de quaisquer conferências poderá enviar uma cópia digital das mesmas para o meu endereço especial de email, ilgaphotostory@xs4all.nl, e eu adicioná-las-ei à colecção. Seria útil que as fotografias fossem identificadas com indicação do lugar, data, pessoas, etc. Os antigos e actuais activistas da ILGA podem ainda enviar comentários, corrigir ou adicionar informação útil relativamente às fotografias *online*.

Conferência Internacional Contra a Homofobia, 17-20 de Maio de 2007, Ankara, Turquia

Por Kaos GL

A Conferência Contra a Homofobia consistirá num conjunto variado de actividades, reuniões em grupo de trabalho, sessões temáticas, conferências, festividades e exibição de filmes. As actividades decorrerão em diferentes sítios e segundo formatos diversos, em três *campus* universitários. Algumas actividades estarão disponíveis a todos os interessados, enquanto que outras serão apenas acessíveis a pessoas LGBT. Algumas actividades só estarão acessíveis aos participantes que se inscrevam e sejam convidados para o efeito. Algumas das actividades estarão abertas à imprensa e aos *media*, enquanto que outras decorrerão à porta fechada.

O principal tema da conferência de 2007 são os «Meios de comunicação social». Para além disso, serão abordadas outras questões de relevo para as pessoas lésbicas, gays, bissexuais ou transsexuais.

<http://news.kaosgl.com/item/2007/2/13/international-anti-homophobia-meeting-in-ankara-turkey>.

A presente versão portuguesa da edição em inglês do n.º 141 (Abril de 2007) da Euro-Letter foi preparada com finalidade meramente informativa, não sendo o seu autor tradutor profissional. Assim, e embora tenham sido envidados todos os esforços para assegurar a fidelidade e correcção da tradução, esta não deve ser utilizada sem prévio confronto com a versão original do texto.

Todas as citações de documentos oficiais, designadamente de instituições europeias, que não contenham menção da respectiva fonte são da responsabilidade do tradutor, não dispensando, por isso mesmo, a consulta das respectivas versões autênticas, quando existam, ou com as versões originais, no caso contrário.

Abreviaturas comumente utilizadas no text: *UE* – União Europeia; *LGBT* – Lésbica(s), Gay(s), Bissexual(ais) e Transsexual(ais); *ONG* – Organização(ões) Não Governamental(ais);